



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 59

**DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE LUSOFONIA OU A CPLP
COMO MITOLOGIA POLÍTICA**

Paulo Lourenço¹,
Diplomata

Março | 2015

1. Provavelmente, nunca se falou tanto de lusofonia como hoje. Os esforços levados a cabo para quantificar o impacto económico da língua portuguesa e densificar as suas redes colaborativas num mundo globalizado são hoje testemunho da sua percepção como activo valioso e insuficientemente explorado.

Os factos falam por si: mais de 250 milhões de habitantes, cerca de 4 por cento da riqueza criada no mundo, quarta língua mais falada, elevada taxa de crescimento da sua aprendizagem e de penetração na internet, mais a importância energética dos países que compõem a CPLP.

2. Valeria a pena dar um passo atrás para tentar compreender - mesmo que as conclusões nos não pareçam gratificantes - a forma como Portugal, Brasil ou Angola, por exemplo, olham para o tema e como as respectivas políticas externas o abordam e integram.

Na prática, o discurso político e intelectual sobre a importância da lusofonia - revelando uma rara coincidência na política nacional - tem-se baseado num voluntarismo que, embora constituindo em si mesmo um não negligenciável factor de transformação, se limita a substituir a análise dos desafios políticos com que o espaço lusófono se confronta

¹ Diplomata. As opiniões aqui expressas apenas vinculam o seu autor

por uma espécie de dogmatismo que impede de reconhecer as suas especificidades locais e o seu sub-texto histórico.

Com a crise europeia e a procura de uma nova grelha de leitura para a globalização em que Angola, Moçambique e Brasil emergem como parceiros comerciais atraentes e pólos regionais com crescente pujança, este discurso algo acrítico conduziu rapidamente à sacralização da lusofonia como espaço de afirmação conjunta e contraponto a um mundo cada vez mais complexo.

3. A vulnerabilidade deste discurso – que em momentos beira a puerilidade – não radica na relativa juventude da CPLP enquanto organização, nem sequer na sua descontinuidade geográfica, nem ainda nas não despiciendas assimetrias económicas e institucionais dos Estados que dela fazem parte. Aliás, todas essas fraquezas reaparecem curiosa e compreensivelmente invertidas no plano argumentativo como características que a singularizariam e lhe emprestariam força.

Na realidade, mais raramente se observa um esforço para compreender genuinamente e a montante a percepção de pertença ou não em cada país e em cada população que fala português a esse espaço comum de afirmação política, cultural ou empresarial. Muito dessa sobre-caracterização se deve ao facto de a CPLP ter procurado diluir, por via do seu processo lento de integração, um histórico de diferenças nem sempre fáceis de acomodar. Dificilmente se poderá dizer que a organização conseguiu uma dinâmica própria que a embalasse, superando as desconfianças e, sobretudo, o desconhecimento que continua a condicionar a sua identidade enquanto organização.

4. Mesmo no plano da narrativa política, é espantoso como a percepção difere em cada país, nos seus actores públicos e na sociedade civil. Seria elaborado por exemplo defender que a política externa brasileira é constante em relação ao nível de compromisso para com o seu processo de integração, para não falar das significativas diferenças de abordagem propostas sobre as finalidades da organização. Embora Portugal reúna um elevado consenso social à volta da idéia de lusofonia, a sua determinação produz um contraste sonoro com os níveis de envolvimento dos restantes países que, por desconfiança, falta de convicção ou indiferença, vêm nessa postura uma agenda própria e afirmativa.

5. Enquanto nos dispensarmos de olhar corajosamente para as diferenças de percepção que a CPLP alberga, muitas vezes graças a um discurso pronto que procura forçar identidade ao arrepio das suas sensibilidades internas, teremos grande dificuldade em fazer da CPLP uma história de integração reconhecível e em que todos se possam rever.

6. Ninguém disputará a enorme vantagem de permitir uma maior circulação de pessoas e bens entre os países lusófonos, mas as condicionantes da sua integração em organizações regionais, mais do que dificultarem esse objectivo, ainda não foram objecto de verdadeiro escrutínio por parte dos Governos no sentido da sua compatibilização. Quando as resistências sobre o sentido de pertença existem, os desafios transformam-se em novas resistências, num círculo vicioso que seria ingénua pôr de lado.

7. O esforço de afirmação da CPLP como ideia e simbologia – ao invés do seu crescimento orgânico - limitada que está pela própria natureza pluri-geográfica e pela sensibilidade de uma história colonial recente, acabou por se cristalizar sem que interiormente tivesse desenvolvido mecanismos de defesa ou impulsos próprios. A ideia de lusofonia, de resto, é um qualificativo que dificilmente oferece o mesmo poder de mobilização em todos os países que a compõem, do Brasil aos países africanos de língua portuguesa.

Procurar segmentos preferenciais de desenvolvimento da CPLP a partir do trânsito de pessoas, artes e cultura, do seu tecido familiar e social, foi sempre na verdade um mecanismo consciente de legitimação política. E quando hoje se faz a defesa quase compulsiva das suas vantagens enquanto mercado de oportunidades económicas e comerciais, é ainda o mesmo princípio constituído que ali se procura afirmar. Mas isso é também, num olhar menos conciliador, um sinal de como a comunidade de países de língua portuguesa está longe de ter logrado, mesmo no plano do seu interesse imediato - e admitindo alguns importantes avanços - massa crítica que a tornasse suficientemente vertebrada para garantir aquela realização mínima de expectativas que fazem de uma instituição um organismo estável e dotado de autonomia reguladora.

8. O que a CPLP promete é o que a lusofonia espontaneamente parece oferecer, sem que porém a lusofonia tenha correspondido ao seu potencial mutualizador. Na cabeça dos seus artífices, a CPLP era uma boa ideia, um plano em formação, onde a busca da legitimidade adviria da própria adesão dos seus povos. Cientes das suas sensibilidades históricas e das suas circunstâncias naturais, os países da CPLP acreditaram num projecto sem estabelecer metas muito definidas, porque admitiam que aquelas só seriam superadas pelo desejo transformador das pessoas.

Nesse sentido, apesar de vertical, o processo intergovernamental que lhe deu origem baseava-se numa estratégia não de conteúdo, mas de formação das vontades, de forma a obter uma validação circular com o fito de obrigar os Governos a responderem aos anseios

das suas populações. Para alguns dos países, em especial para os mais frágeis obviamente, tratava-se também de buscar ancoramento geopolítico e respaldo de alianças.

Mas mesmo para os objectivos mais consensuais, como o da reiterada necessidade de livre-circulação de pessoas e bens, países como Brasil ou Portugal, ou mesmo Moçambique e Angola, estão sujeitos à incontornável precedência de vinculações regionais – como a UE, o Mercosul ou a SADC. No caso da UE, esses compromissos tornaram especialmente difícil a correspondência das regras de acesso e de circulação. A natureza aspiracional da organização continua por isso mesmo muito dependente de si mesma, porque não pode ignorar as suas contingências.

9. Quando ouvimos queixas simplistas sobre a inconsequência ou timidez do processo político na organização, aceitamos que se trata de uma avaliação enviesada. Na prática, porém, trata-se de um sintoma: a CPLP não conseguiu garantir a promessa que encerra. Por isso a resposta à pergunta "*De que falamos quando falamos de lusofonia?*" parece ser a própria pergunta.

Claro que, por definição, a sua estratégia passa pelo tempo e pelo instinto de convergência que, num mundo cada vez mais competitivo, a comunhão da língua pode instigar. Certamente que estamos melhor, que nunca tivemos tantas reuniões de cooperação sectorial, e que mesmo no plano económico, houve uma transformação real - ainda que através de uma certa horizontalização do diálogo político. Tal facto teve impacto directo na prevenção de conflitos e na gestão de crises. O caso da Guiné-Bissau é a esse propósito paradigmático.

Mas até essa assimetria parece ir de encontro às críticas de que a organização ainda não adquiriu uma dinâmica própria que conferisse aos lusófonos um sentimento de validação. Como em todos os processos, o sucesso mede-se não pelos objectivos, mas pelos resultados. E a função das pessoas é cobrá-los. No caso das organizações regionais ou inter-regionais, essa cobrança é essencial para a sua legitimação.

10. Quando falamos de pessoas e de empresas, é o conforto da língua ou, se quisermos ser mais ambiciosos, da lusofonia, que vem exercendo o efeito polarizador. Mais importante para elas, perante a neutralidade da CPLP, tem sido a condição bilateral. Na prática, a CPLP permitiu agregar vontades na superestrutura das decisões governamentais, mas trouxe consigo a isenção de vistos ou tarifas preferenciais? Levou quando muito à criação de corredores separados nos aeroportos. Antes de perguntar porquê, deveríamos talvez interpelar os seus estados-membros, as políticas nacionais e o seu esforço de acomodação,

sob pena de criarmos um círculo vicioso em que a distância do projecto face às expectativas das pessoas as desencoraje de acreditarem na proposta que a sua fundação encerra. Os efeitos da cooperação intergovernamental são de resto diversos de país para país.

Estas assimetrias estão longe de contribuir para o pacto que os governos propuseram às suas populações e são, antes de mais, uma responsabilidade de cada Estado membro e de todos por igual, sob pena de o projecto se basear, não numa comunhão de pressupostos e objectivos, mas numa verosimilhança que aguarda o seu cumprimento algures no futuro.

11. Neste sentido, parece ter chegado a altura de olhar para elas não como inconvenientes passageiros, mas como obstáculos reais que têm a sua origem num dogmatismo político-social que parece ignorar não apenas as enormes diferenças de estágio social, económico e político de cada Estado membro, mas os seus diferentes níveis de envolvimento. A renovação do empenho dos seus governos, cuja cooperação parece hoje mais amadurecida, está longe de se ter esgotado. Talvez mais importante que isso seja repensar a direcção dos seus esforços enquanto motor da sua integração e lembrar que a pertinência do projecto depende da capacidade política para o tornar compreensível junto das suas populações. E isso depende da visibilidade do seu empenho no plano nacional.

Porventura a CPLP deve aceitar que nem todos os estados-membros estão na mesma fase de disponibilidade perante a sua proposta e que as suas opiniões públicas estão ainda em manifesta desigualdade quanto à coincidência da sua importância e necessidade. Nesse sentido, o problema da CPLP não é tanto o da sua idade, mas a condição diferenciada dos seus membros, juntamente com a falta de pressão dos seus pares. Falta organicidade ao seu funcionamento.

12. Quando falamos de lusofonia como conceito consumado, dogmatizamos o debate, acreditando nas suas virtualidades instantâneas, como se a sua noção fosse à partida partilhada instintivamente por todos seus componentes. Uma das razões pelas quais a CPLP é em certa medida ainda um processo ostensivamente político, é porque nem todas as elites estão reconciliadas com o seu significado ou leitura.

Portugal continua a ser - *et pour cause* - o país onde o tema parece mais claro e curiosamente até aquele onde é menos politizado. Em muitos assomos político-partidários sobre a partitura da cooperação portuguesa para o desenvolvimento ou da agora chamada diplomacia económica ou até na simples alavancagem de contactos empresariais ou oportunidades de negócios, não raro se observa um voluntarismo que seria apenas

ingénuo, se não fosse muitas vezes contraproducente. Quantas vezes, quando alguém diz lusofonia, alguém ouve outra coisa?

De resto, a esquizofrenia política fica evidente na diferença entre o discurso público sobre a CPLP e a prática da política externa de alguns dos seus países onde, em medidas diferentes, subsiste desinteresse ou desconfiança - e até ressentimento - da matriz subjacente à afirmação da língua portuguesa. Nalguns casos, isto é assim porque a prioridade continua a ser a da estabilização dos processos de consolidação institucional e de integração regional, porque deles depende mais efectivamente a sua segurança ou a sua economia.

A lusofonia para o Brasil tem o mesmo significado para Portugal ou para Angola? Seria injusto concluir que não houve evolução no interior da sua política exterior sobre o assunto, mas parece indiscutível que o Brasil não quis tanto aderir, mas mais não ficar de fora da CPLP, que hoje lhe empresta um estímulo interessante para uma abordagem aos mercados africanos.

A questão principal parece ser outra: antes de o assumir perante os seus pares 'lusófonos', o Brasil precisa de declarar esse compromisso diante da sua própria opinião pública. Independentemente do que se possa dizer sobre a política externa brasileira dos últimos anos e da sua condição económica actual, a verdade é que a sua orla de interesses enquanto potência emergente - fora da órbita sub-regional em que em teoria não precisa de declarar a sua preponderância - torna a CPLP útil ao Brasil. E sem o Brasil, a CPLP fica amputada de peso estratégico. Do mesmo modo que a composição heterogénea e a diversidade continental são simultaneamente uma vulnerabilidade e um filão de oportunidades para a organização.

13. Como organização internacional atípica com potencial “valor de mercado” no sistema internacional, nada permite dizer que a CPLP esteja fadada para crescer na ausência de uma consciência determinada acerca dos seus desafios internos, como tão-pouco é remoto o risco de esgotamento do seu acto fundador. A mudança na percepção com que está confrontada enquanto organismo e o papel constitutivo dos Governos na sua transformação estão longe de ter cumprido o seu papel. E haverá uma altura em que apresentar estudos sobre o valor económico da língua portuguesa e as virtualidades da sua distribuição geográfica e crescimento demográfico num mundo de economias emergentes simplesmente já não chegará para compensar a sua falta de tracção. Mercê da ausência de

coragem política para assumir os enormes desafios da sua existência - e sobrevivência- a CPLP tornou-se nos últimos anos numa espécie de mitologia política.

14. Se não me preocupei especialmente neste texto em explicar porque acredito nas virtudes de uma relação entre países de língua portuguesa razoavelmente institucionalizada, isso não significa que essa fundamentação esteja adquirida. Em parte, a irresolução da CPLP prende-se justamente com o facto de se pretender *ipso facto* justificada, como se as suas (óbvias) vantagens potenciais lhe conferissem uma inevitabilidade institucional. Se voluntarismo sem consenso sobre as premissas pode ser um erro, as omissões de empenho político geram inconsequência e equívocos, sem que eles se tornem suficientemente nítidos para serem identificados como obstáculos e assim removidos.

15. O perfil e tipo de envolvimento da sociedade civil - na qual desde a sua criação a CPLP depositou as suas esperanças - estão longe de ser uniformes entre os países da CPLP e esse tem sido um dos problemas. O tema não é apenas de mera circunstância: a adesão das populações a um projecto implica que estas se revejam na expectativa de levar mais longe aquilo que inicialmente não é mais que uma afinidade ou um desejo. E essa disponibilidade depende do nível de esclarecimento de cada sociedade, da fase de desenvolvimento do país e, e não menos importante, da determinação dos governos em educarem as opiniões públicas em escolhas possíveis. Por vezes, é difícil acreditar que a CPLP mereceu a mesma oportunidade em todos os países que a compõem. Para que os governos o façam, nitidamente, é preciso acreditarem primeiro nela. As sociedades civis ainda não foram conquistadas para a lusofonia e em muitos casos parecem até estranhar este conceito.

Da mesma forma que a confiança nas possibilidades da lusofonia pode parecer, no caso português, além de natural, instinto de oportunidade, a leitura noutros países está longe de lograr, até por causa disso, a mesma aceitação.

Acreditar verdadeiramente na CPLP deveria começar por aceitarmos este facto sem complexos. Pelo contrário, esta parece ter querido evoluir num plano exaustivamente político-burocrático, desdobrando cimeiras, denominações, comités e grupos de trabalho, enquanto a realidade da adesão social e material de cada país se processa num plano ulterior, como se de uma alteridade se tratasse.

16. Valeria a pena revisitar alguns dos princípios fundadores da CPLP, interpelá-la e expô-la a um debate desassombrado sobre a sua ressonância em cada país membro. Questionar o dogmatismo subjacente à idéia de lusofonia poderá ser a forma mais eficaz de provocar uma verdadeira reflexão, se não refundadora, pelo menos portadora de um novo fôlego. E talvez o resultado passe por estabelecer novas directrizes de actuação e novas prioridades.

De tanto a afirmarmos acriticamente, deixámos de calibrar a sua viabilidade enquanto projecto num mundo em acelerada mudança e privámo-nos de um olhar descomplexado sobre como cada opinião pública vê a organização ou o que espera dela, arriscando transformá-la numa tautologia iconográfica com o valor simbólico de totem da história e catarse pós-colonial. Mais do que qualquer outro incentivo, a CPLP vive, enquanto organização política, da adesão plena e consciente da sociedade civil.

A dinâmica recente observada nas trocas comerciais entre os países lusófonos – especialmente Portugal, Angola, Moçambique e Brasil – tem sido um factor de indução, mas quase sempre é a incidência bilateral dos negócios que parece justificar o sentimento de aprovação das relações entre países que falam a mesma língua. E Portugal, uma vez mais, surge à cabeça quase isoladamente nos esforços de afirmação. O risco é que a CPLP se cristalize na expectativa e desbarate um valioso capital de integração num mundo globalizado – em que pode e deve ser uma aliança estratégica, vista como tal.